

DIA 30/5 EDUCAÇÃO SE MOBILIZA NOVAMENTE CONTRA CORTES

As entidades representativas de estudantes, professores, técnicos-administrativos estão convocando a população para uma nova manifestação, dia 30/5, em defesa da Educação. Andes-SN, CNTE, Fasubra, Fenet, Sinasefe, UBES e UNE, além das centrais sindicais estão juntando esforços para levar a população às ruas para protestar contra o sucateamento da educação.

No dia 14/5, estudantes, professores e funcionários mostraram a sua disposição de combater a política autoritária e sucateadora do ex-capitão Jair Bolsonaro. Na semana passada professores e estudantes começaram a se mobilizar com atos e manifestações localizadas, como a "universidade na rua" realizada no dia 22/5, preparando para o dia 30.

Na PUC-SP, a APROPUC, AFAPUC e as entidades e coletivos estudantis estão chamando para uma

EDUCAÇÃO EM LUTA !

28 | 05

**18h
PRAINHA**



**ASSEMBLEIA GERAL
ESTUDANTES
FUNCIONÁRIOS
PROFESSORES**

AFAPUC APROPUC

assembleia geral para o dia 28/5, 18h, terça-feira, na Prainha do campus Monte Alegre para organizar a par-

ticipação da comunidade universitária nos atos que ocorrerão em 30/5.

GREVE GERAL

As manifestações que ocorrem neste mês de maio e que deverão ter continuidade no princípio de junho, conduzem para a grande Greve Geral programada pelas Centrais Sindicais para 14/6.

Naquela data trabalhadores e estudantes de todo o país pretendem mostrar a sua insatisfação generalizada contra o projeto de reforma da Previdência que tramita no Congresso.

A força das ruas já se fez sentir e hoje o governo Bolsonaro se encontra acuado frente aos movimentos sociais e às denúncias de corrupção e ligação com as milícias que se espalham diariamente.

Por isso hoje se coloca em questão o avanço de nossa mobilização

para afastar o autoritarismo e o fascismo que se pretende instaurar no país.

**PROFESSOR
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se
à AFAPUC**

EDITORIAL

A que preço?

Todo discurso traz em si uma trama de retalhos-linguagem que se relevam em um jogo lusco-fusco, que pairam entre o dito e o não dito.

Em direito de resposta ao **PUCviva**, referente à edição 1107 - 13/5/19 - pelo envio de um artigo recebido e publicado, a reitoria da PUC-SP se calçou de argumentos sobre as informações "equivocadas" e "imprecisas" ao realce de sua defesa à educação, junto à articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que em característica a esta última, tomou-se, de num ato falho, à falta de entendimento necessário a ser esclarecido em seu direito de resposta.

A Cogear tornou-se uma vanguarda de deslizos que são anteriores a proposta de contrarreforma trabalhista do golpe/desgoverno Temer/Bolsonaro, mesmo que respaldada pela reforma trabalhista, tal tratamento, no mínimo, é imoral, e trata o professor como mera engrenagem. Há cursos regulares com cinco anos sucessivos, em que o docente, não tem direito ao 13º salário, férias, adicional noturno, FGTS, hora atividade, descanso semanal remunerado, convênio médico e redução de salário sem a redução da jornada de trabalho, por subordinar o valor da hora aula ao mínimo de alunos.

Trata-se, aqui, da terceirização draconiana. Ferimento até para a ideia precária de terceirização, que extrapolaria a atividade meio para que prestação de serviço não pudesse se comprometer com a atividade fim, em escala cognitiva de supressão frigorífica entre um mesmo meio e um mesmo fim destinados por causas-indivíduos diferentes, para um mesmo efeito, o abate de regularidades trabalhistas-sociais do cidadão, que por fim, impediria o direito de associação sindical, constituindo uma desvinculação do mundo do trabalho.

Atualmente na PUC-SP, existem estas modalidades de vínculos empregatícios concebidos à docência, desde o substituto, terceirizado do Cogear e professor auxiliar com contratos temporários de admissão, junto a quadros provisórios, com longos períodos de estágios probatórios; entre outros que estão na roda são: professores que estão na carreira, professores repesados que, apesar de cerca de uma década de contribuição, são detentores de títulos acima de seus ganhos salariais rebaixados e, agora, há proposta de que o professor sênior será posto no guarda-chuva dos 75 anos.

Referente ao processo de discussão do novo estatuto, lembramos para não deixar dúvidas - das duas audiências públicas realizadas no TUCA, com a ampla participação da comunidade universitária, foi solicitado o adiamento do prazo final pra entrega do estatuto até julho/2019 para que houvesse debate de modo a formar uma proposta estatuinte, concreta e concisa traduzida aos trabalhadores da educação. Bateram em ouvidos moucos. Por isso, apesar do processo ter sido "amplamente divulgado", mas estranhamente não ecoou o desejo político da comunidade. Daí em diante, somente os atropelos, até a derradeira sessão de encerramento do último Consun.

Desde o início deixamos claro nossas propostas, que publicamente foram divulgadas no jornal **PUCviva**, ao defendermos: a democracia universitária, a manutenção de eleições livres para a reitoria, e todos os cargos acadêmicos-administrativos; a autonomia acadêmica, administrativa, financeira e de gestão universitária; a manutenção dos departamentos e do plano de carreira com isonomia de trabalho e remuneração; do plano de cargos e salários com a transparência para os funcionários administrativos; a pari-

dade entre professores, estudantes e funcionários, nas representações da PUC-SP e o calendário que daria a possibilidade de discussão adequada do estatuto. Sem atropelos.

A respeito do fim dos departamentos, em declaração, "para a unidade que optar em organizar-se em departamento, o estatuto indica parâmetros para sua reorganização", que se trata de um "indicar" que mais poderia ser traduzido para "um desmonte da universidade"; pois o critério numérico de ter 25 professores, sendo 20 doutores, não é razoável para o atual quadro da composição dos atuais departamentos, pois em sua maioria, não reflete o parâmetro cabalístico de 25 professores.

Para entender, a razão de não refletir a situação organizacional da PUC-SP, precisamos levar em consideração sua recente história, visto que desde 2008 estamos num processo decrescente de alunos que impede a formação de um corpo docente dentro desse parâmetro proposto pelo novo estatuto.

O quadro levantado e exposto nas reuniões do conselho de faculdade é um retrato claro do desmonte dessa Universidade, que para manter sua saúde financeira, cortou-se na carne, cerzida pelo abate geral, com demissões em massa de mais de mil funcionários administrativos e docentes, como também, da vazante de 5 mil alunos. E aqui, provocamos, qual o limite do razoável para a sangria trabalhista de um abatedouro irregular.

Sem essas variáveis históricas do desmonte dessa universidade, não poderemos reconhecer o retrato apresentado em sessões dos conselhos das faculdades como ponto dorsal de partida para qualquer mudança estrutural dos departamentos.

Por isso, sem o crescimento da comunidade discente, do fortalecimento da pesquisa na

pós-graduação e a reintegração da extensão, como marca maior desta universidade, com seu viés comunitário e filantrópico, qualquer projeto de reestruturação universitária se tornará somente o reflexo das fantasmagorias burocráticas.

Referente à faculdade interdisciplinar, estranha-nos a incoerência de desrespeitar os tramites de um debate institucional e acadêmico pelos colegiados e CEPE.

Sintomaticamente, meses antes do surgimento abrupto dessa proposta de faculdade, esta comunidade universitária recusou propostas de cursos interdisciplinares, mas como esses não conseguiram aprovação no tramite regular, a reforma do estatuto tornou-se uma boa oportunidade - palavra em voga - aos corredores da PUC-SP.

O que precisamos fazer é aumentar a porosidade transversal entre os cursos, naquele saber capaz de costurar os conhecimentos em miscelânea - tradição árabe em estética, autofágica e indiferente, aos pensamentos metafísicos e racionalistas que relutam ao recalque da mesma -, para torná-los juntos e misturados, em sintonia ao próprio caminhar da cultura brasileira, impregnada nos corpos-mesclados, num fuxico de retalhos dos continentes africanos, europeus e ameríndios.

Aos dias atuais, não estamos mais escravizados à luta heroica do iluminismo, porém, a defesa do estado de direito chegou ao teto; encontra-se ameaçado, reprimido e recalçado pelo pensar que ameaça a educação.

Nas universidades, esse discurso decorre num imaginário das (des)profissionalizações das profissões, em sintonia à lógica do consumidor do negócio da educação.

E para responder a demanda da sociedade, que diante das bestas do fascismo à nossa

continua na próxima página

continuação da página anterior

porta, temos o dever de reagir de forma ativa, como nosso legado histórico, de resistência e transformação dos indivíduos alicerçados na consciência libertária e democrática.

Outra questão que precisamente deve ser refletida é o limite de 75 anos para o encerramento da carreira docente, introduzindo um parâmetro institucional que fere o estatuto do idoso, a lei trabalhista e a constituição cidadã de 1988. Portanto, a obrigatoriedade da aposentadoria aos 75 anos estará sujeita à contestação jurídica a todos os docentes que se sentirem assediados.

Não existe uma posição firme na réplica a respeito tanto do Consad como do Consun, que no debate dos conselheiros, chegou-se à conclusão de que o Conselho Superior da Fundasp da PUC-SP respeitando, portanto, o seu caráter institucional e suas instâncias de deliberação, preservando a autonomia universitária.

Esse é o nó górdio que deve ser discutido, pois enquanto existir o Consad, não teremos de fato autonomia, pois sem a autonomia de gestão e financeira, não teremos o controle das rédeas para decidir os rumos estratégicos desta universidade. Por exemplo, sobre quem decidiu comprar o prédio

da Unifai por 35 milhões em vez de inserir os mais de 500 professores represados no plano de carreira?

Portanto, as informações equivocadas e imprecisas encontram-se noutra instância desta Universidade, que se deslocou do cotidiano da sala de aula, da pesquisa, bem como dos órgãos colegiados no dia a dia da docência universitária, para um juízo burocrático.

Precisamos de um diálogo franco, pois esta universidade encontra-se francamente ameaçada. O discurso responsivo ao corpo docente jaz há 12 anos, com a intervenção da Fundasp, no impositivo da maximização e no represamento

das carreiras; nas parcelas "generosas" dos pagamentos do 7,66 e na tentativa da biometria; na ameaça de mudanças nos contratos de trabalho, como também, aos docentes de 75 anos; que de forma assediante são constrangidos, etc.

E continuamos sem saber, "pois...", "afinal..."

Quantos eufemismos-adverbiais e conjuntivos - de problemáticas silógico-educativas - serão precisos para que nós tenhamos uma resposta à altura de nossa realidade de onde, novamente, perguntamos: qual o preço social desse projeto de universidade?

Diretoria da APROPUC

Somente uma chapa concorre na eleição da AFAPUC

A Comissão Eleitoral da AFAPUC divulgou os nomes da única chapa inscrita para a eleição da AFA-PUC. Ela é presidida pelo atual presidente da entidade, Nalcir Antonio Ferreira Jr., tendo como vice-presidente Adenilson Medeiros (nesta página divulgamos todos os nomes que compõem a chapa). A eleição ocorre nos dias 6 e 7/6 e a apuração dos votos no dia 7/6.

A AFAPUC também informa que os acordos referentes aos funcionários de São Paulo e do Hospital Santa Lucinda já estão em vigor. Para os trabalhadores dos campi de São Paulo a associação pede que enviem à AFAPUC um texto informando de que estão na situação de estabilidade com relação à aposentadoria, dentro dos 36 meses previstos pelo acordo de 2018. É necessário

que essa comprovação seja documentada com o informe emitido pelo INSS, que pode ser encontrado no site "Meu INSS".

Já no tocante aos trabalhadores da Faculdade de Medicina de Sorocaba, o SAAES - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Sorocaba e Região enviou comunicação à Fundasp solicitando que o benefício da estabilidade pré-aposentadoria seja mantido em 36 meses aos funcionários que já haviam entrado com o pedido antes de 28/2.

REINTEGRAÇÕES

Na semana passada dois funcionários foram reintegrados à PUC-SP. Edmilson Brandão, tesoureiro da entidade, teve sua demissão formalizada pela Fundasp no início do mês. Porém a Justiça do Trabalho determinou a reintegra-

Funcionários que concorrem à eleição na AFAPUC

Diretoria

Presidente: Nalcir Antonio Ferreira Junior
Vice-Presidente: Adenilson Medeiros
1º Secretário: Maria Helena Gonçalves S. Borges
2º Secretário: Flávio Luis Nogueira
1º Tesoureiro: Rodrigo Mariano Costa
2º Tesoureiro: José Aparecido Zaneti

Conselho Fiscal - titulares

Carina de Moraes Dias
Edmilson Brandão de Souza
Sandra Aparecida Barbosa Costa

Conselho Fiscal - suplentes

Cleonice Regina Oliveira Duarte
Francisco Cristóvão
Valter Aparecido Senfuegos

ção do funcionário, uma vez que ele tinha o direito à estabilidade porque a demissão, nesse caso, não pode ser monetarizada. Em Sorocaba, graças à interven-

ção da diretoria da AFA-PUC, o funcionário Rogério Batista Costa Nobre foi reintegrado depois de sua demissão ser comunicada pela Fundasp.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Sthefane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischardt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

FELIPE



No sábado, 20/5, morreu Felipe Alves, jovem em situação de rua, que vivia nas escadarias do campus Monte Alegre, da PUC-SP. Bastante conhecido pela comunidade puquiiana, passou mal e foi levado para o hospital, onde faleceu.

Vários estudantes e professores deixaram mensagens nas redes sociais contando um pouco de sua convivência e sobre a história de Felipe.

Os estudantes prestaram uma homenagem deixando flores no local em que Felipe ficava. O Centro Acadêmico de Psicologia divulgou nota dizendo que "em seus últimos dia de vida, Fe disse que não queria viver se não fosse para voar... faleceu na tarde de sábado por causa natural, ainda indeterminada". Na quarta-feira, 29/5, às 12h, será celebrada uma missa em intenção de Felipe. Ao lado reproduzimos a manifestação da professora Nancy Casagrande

"Morreu o Felipe. Um morador das Perdizes. Não um morador dos prédios luxuosos, mas um morador de rua; um morador da escadaria da PUC-SP, na Ministro Godói. Um morador dos bancos Santander/Bradesco.

Felipe não tinha sobrenome, mas tinha histórias.

Sobre ele se ouviu falar de tudo: que era alcoólatra, que era drogado, que tinha sido internado muitas vezes e fugido; que era esquizofrênico.

Das poucas e boas almas que cruzaram o seu caminho, sabemos da Angélica, a moça que vende prata na porta da Universidade. Ela trazia roupas e já o havia acompanhado em algumas internações, mas ele fugia e voltava pra rua. As assistentes sociais da Prefeitura também estiveram por perto, mas não conseguiram tirá-lo de lá.

Na 6ª feira, Felipe me pediu ajuda pra ficar de pé: chovia, ele estava sen-

tado na porta do banco, não conseguia se levantar. Me enchi de força e coloquei-o sobre os pés inchados, o olhar vazio no rosto redondo me agradeceu; foi a última vez que vi o Felipe.

Felipe tinha 24 anos e morreu em silêncio sem "atrapalhar o tráfego", na madrugada de sábado pra domingo, na porta do banco.

Hoje, ao descer a escadaria, senti sua falta... uma sensação enorme de impotência me invadiu a alma; Felipe sem sobrenome morreu e vai virar estatística da incompetência social deste país em cuidar dos seus cidadãos.

Felipe era só mais um morador de rua.

Em tempo: D. Vera e S. Luis, donos do ArtSeven Café, foram outras duas almas boas que cruzaram o caminho do Felipe"

Nancy Casagrande, é professora Depto.de Português da Faficla.

APROPUC reitera pedido de abono das faltas na mobilização de 15/5

A APROPUC enviou ofício à Fundasp reiterando a solicitação de que os professores não sejam descontados de seu salário no dia 15/5. A APROPUC também lembra que alguns professores ministraram aula nesse dia, dando faltas aos alunos que não compareceram. A entidade reitera que os estudantes que participaram da mobilização não podem ser penalizados por seus mestres, uma vez que exerciam democraticamente seu direito de protestar contra as arbitrariedades do governo federal. Ao lado reproduzimos texto enviado à Fundasp.

À
Fundação São Paulo
a/c. Secretários Executivos
Pe. José Rodolpho Perazzolo e
Pe. João Júlio Farias Junior

c/c DRH Angela Renna

No dia 15 de maio de 2019 a comunidade puquiiana, estudantes, professores e funcionários, participou ativamente das lutas e

manifestações internas e externas à universidade em defesa da Educação, ameaçada por cortes de verbas do atual governo federal.

Conforme seu despacho à carta enviada pelos Centros Acadêmicos, APROPUC e AFAPUC no dia 15.5 e recebido no dia 16.5, reiteramos a solicitação de que os professores não sejam descontados em seu salário por não assinarem ponto nesse dia, já que estavam participando das manifestações tanto na universidade como fora dela.

Professor Antônio Mazzeo lança novo livro

Na noite de terça-feira, 21/03, no auditório 100, aconteceu o debate e lançamento do livro "Os portões do Éden - igualitarismo, política e estado nas origens do pensamento moderno" do professor Antônio Carlos Mazzeo.

O debate contou com a participação do professor Dr José Carlos Estevão (USP) e Prof. Dr. Antonio Valverde (PUC-SP).

O livro é fruto da pesquisa do pós doutorado de Mazzeo, em filosofia e política, que resultou em sua livre docência mas o autor sentiu a necessidade de



STHEFANE MATTOS

Ao centro professor Antonio Mazzeo, tendo à esquerda professor José Carlos Estevão e à direita, professor Antonio Valverde

continuar os estudos sobre o assunto.

O professor acumulou estudos sobre o processo de transição do feudalismo para o capitalismo e o renascimento que

resultou no livro "O voo de minerva: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente Antigo" e sua sequência "Os portões do Éden".

O livro possui um profundo estudo teórico-histórico sobre questões relevantes levantadas pela sociedade contemporânea em relação à democracia.

Reitoria divulga calendário para discussão do regimento

A reitoria da PUC-SP divulgou o calendário para a discussão e aprovação do novo regimento da universidade que deverá regulamentar o novo estatuto (veja íntegra nesta página).

Mais uma vez a comunidade vai ter que enfrentar uma mudança violenta em suas relações de trabalho e convivência num prazo extremamente exíguo: o novo texto deve ser aprovado 180 dias após a entrada em vigor do novo estatuto (que aconteceu em 24/4).

Assim as propostas para o novo texto deverão ser entregues até 30/7, o Consun deverá realizar três ses-

sões extraordinárias no mês de agosto para entregar o texto pronto à Fundasp até 6/9.

As eleições para os novos departamentos e coordenações de cursos e programas de pós-graduação ocorrem entre 25 e 29/11, já com as novas configurações dos departamentos (para as faculdades que optarem por ter departamentos).

Pelo novo estatuto caso as faculdades optem por ter departamentos estes terão que contar com 25 professores inscritos, sendo 20 destes docentes doutores. Já a Faculdade precisa ter pelo menos um curso de graduação e um de pós.

Calendário para discussão do novo Regimento

20/05	Reitoria	Publicação do cronograma do Processo de atualização do Regimento para a Comunidade
08-22/07	Docentes	Férias docentes
30/07	Faculdades	Encerramento do prazo para recebimento da estruturação dos Departamentos
30/07	Universidade	Encerramento do prazo para recebimento das propostas para alteração do Regimento
8-15-29/08	Reitoria	CONSUN Extraordinário Regimento
29/08	Reitoria	Homologação pelo Consun do Novo Regimento
06/09	Reitoria	Encaminhamento Regimento à FUNDASP
24/10		180º dia após publicação do Estatuto
25-29/11	Candidatos Docentes	Consulta à Comunidade para os cargos de Chefe de Departamento, Coordenador de Curso, Coordenador de Pós-Graduação

ROLA NA RAMPA

Sâmia Bomfim fala sobre a reforma da previdência

Na segunda-feira, 20/5, no auditório 239, aconteceu o debate "As consequências da Reforma da Previdência no Brasil". Organizado pelo coletivo Juntos e Juntas, a mesa foi composta por: Sâmia Bomfim (deputada federal pelo PSOL-SP), Camila Ugino (professora de Economia da PUC-SP) e Rosângela Vieira (técnica do Dieese). Para os participantes, o (des)governo de Jair Bolsonaro causou grande impacto com as suas propostas onde os trabalhadores que dependem do serviço público são os mais afetados. A reforma da previdência e o corte das verbas da educação foram

ações feitas pelo governo para cumprir objetivos fiscais.

"É muito interessante a forma como o governo apresenta o tema da reforma da previdência como se fosse a única possibilidade de melhorar a situação política e econômica do país, e não apresenta nenhuma outra alternativa de geração de emprego. Todo mundo percebe que a situação política e econômica está muito ruim, o país apresenta 14 milhões de desempregados. A gente precisa repensar como o governo encara esse problema da sociedade", disse Sâmia Bomfim.



STHEFANE MATTOS

A mesa do debate sobre a Reforma da Previdência

A PEC 287 é inspirada na previdência chilena que prioriza empresas privadas para administrar as contas individuais. O Chile apresentou momentos com-

plexos nos últimos 30 anos. Com as aposentadorias reduzidas, cerca de 80% dos aposentados recebem o valor abaixo do salário mínimo.

V Salão do Livro Político homenageia Pualo Freire

Entre os dias 27 a 30/maio acontece na PUC-SP o V Salão do Livro Político, todos os dias das 10 às 22hs, no Tucarena. O evento, promovido por um grupo de alunos independentes, este ano homenageará o educador Paulo Freire. Entre os convidados estarão presentes Guilherme Wisnik, Vladimir Safatle, Maria Cláudia Badan Ribeiro e Leda Paulani (USP), Flávia Birolli (UnB), Eduardo Fagnani (Unicamp), Peter Pál Perbart, Salete Oliveira, Reginaldo Nasser, Maria Lucia

Barroco e a reitora Maria Amália Pie Abib Andery (PUC-SP), além de políticos do campo da esquerda como Fernando Haddad, o governador do Maranhão Flávio Dino, as deputadas Jandira Feghali e Talíria Petrone. O evento também contará com atrações culturais como Slam da Guilhermina e do grupo teatral Quando Quebra e Queima. A Programação completa poderá ser acessada em <https://j.pucsp.br/sites/default/files/img-20190522-wa0017.jpg>

Publicação divulga dossiês de marxistas brasileiros

O site da publicação Marxismo 21 está divulgando pela internet 18 dossiês de marxistas brasileiros. Entre eles podem ser encontrado Alberto Passos Guimarães, Astrojildo Pereira, Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho, Ciro Flamarion, Clovis Moura, Edmundo Dias, Flo-

restan Fernandes, Heleieth Saffioti, Ignacio Rangel, Jacob Gorender, Luis Pereira, Marialice Foracchi, Mário Pedrosa/Livio Xavier, Nelson Werneck Sodré, Octavio Brandão, Rui Facó e Rui Mauro Marini. Os dossiês podem ser acessados em <https://marxismo21.org/>

Cogea e atrasa salário de professores

Tem sido um fato recorrente e, neste mês mais uma vez, a Cogea atrasou os salários de boa parte de seus docentes. Esses atrasos têm mantido certa regularidade e chegam até a atingir mais de uma semana. A autonomização da Cogea em relação à PUC-SP criou uma série de percalços do ponto de vista trabalhista, resultando numa espécie de contratos irregulares de prestação de serviço aos professores que não mantêm vínculos diretos com a PUC-SP, mas que pertenciam ao corpo docente de cursos regulares oferecidos ininterruptamente pela Cogea.

Entre outras situações anômalas poderíamos destacar a ausência de um registro em carteira, que garantiria ao professor uma contribuição ao INSS; ausência de reajuste salarial de acordo com a inflação; ausência ao direito de licença médica em caso de afastamento por motivos de saú-

de, luto ou licença maternidade; ausência de recolhimento de FGTS; trabalho sem nenhuma forma de contrato que garanta ao professor uma comprovação de renda ou de vínculos trabalhistas; ausência de pagamento de 13º salário; ausência de pagamento hora-atividade; ausência de pagamento de descanso semanal remunerado; impedimento ao direito de associação sindical ou agremiação profissional oficial como a APROPUC, por exemplo; ausência de oferecimento de convênio médico; e redução de salário sem redução de jornada de trabalho, subordinando o valor da hora-aula à demanda de alunos. Pelo novo estatuto o Cogea deixa de existir, ficando a existência dos cursos de extensão subordinados academicamente à reitoria e financeiramente à Fundasp. Será que problemas como esses continuarão existindo?